



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

PROJECTO DE REGULAMENTO QUE DEFINE REGRAS PARA AVALIAÇÃO PELA ANACOM DAS COMUNICAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO POSTAL UNIVERSAL DE ENCERRAMENTO OU REDUÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS POSTAIS

Comentários

As cooperativas de consumo são, nos termos da Constituição e da Lei, entidades legítimas de representação dos interesses e direitos dos consumidores. A Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores (FENACOOP), nos termos do Código Cooperativo, representa o respectivo ramo do sector.

A FENACOOP saúda a ANACOM pelo projecto de regulamento ora apresentado, considerando que esta é uma questão de enorme relevância para os consumidores.

De uma forma geral concordamos com o conteúdo do projecto, que nos parece bastante exhaustivo e contém, em nosso entender, o pedido de todas as informações relevantes para uma decisão ponderada e fundamentada em caso de pretensão de encerramento ou redução de horários dos estabelecimentos postais.

No entanto, deixamos aqui expressa a nossa preocupação relativamente à redacção do art. 5º, n.º 1 do projecto. Dado tratar-se de uma questão de grande importância para os consumidores, parece-nos que será sempre relevante a consulta das organizações de consumidores sobre uma proposta de encerramento ou redução de horário de estabelecimentos postais, nomeadamente porque temos vindo a sentir um decréscimo da qualidade dos serviços prestados, em muitas zonas do país, devido a essas causas.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

Assim sendo, sugerimos que o art. 5º, n.º 1 tenha a seguinte redacção (alterações em destaque): “Para além da análise dos elementos e da informação prestada pela concessionária nos termos dos artigos 2º a 4º consoante os casos, a ANACOM **deve consultar as organizações representativas dos consumidores, podendo ainda consultar outras entidades, nomeadamente câmaras municipais e juntas de freguesia**, sempre que considere o seu parecer relevante para o processo de decisão”.

Por último, resta alertar para o facto de que a consulta de outras entidades, feita por parte da concessionária, tal como previsto nos n.º 3 e 4 do artigo 5º, deve incluir todos os elementos relevantes. A ANACOM deve estar alerta para a forma como todo o processo de consulta foi conduzido e não apenas para os resultados da mesma.

Lisboa, 21 de Novembro de 2005

P’la Direcção

Rodrigo Gouveia